

**PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 011/2022**

**TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 039/2021 – “TELEPEDIATRIA PEQUENO PRÍNCIPE”**

**SOLICITAÇÃO DE PROPOSTAS DE PREÇOS**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE PLATAFORMA DE COMUNICAÇÃO DE DISPOSITIVO MÓVEL - LICENÇA CLOUD TYTOCARE/TYTOAPP (TYTOPRO)**

**ITEM E QUANTIDADE: CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I**

**MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE**

**TIPO DA LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM**

**VALOR GLOBAL MÁXIMO: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)**

**DOCUMENTOS QUE COMPÕE ESTA EDITAL**

**ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO**

**ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**ANEXO III – MODELO DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 7º, XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

**ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS CRITÉRIOS DE QUALIDADE AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE SOCIO-AMBIENTAL**

**ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE PARENTESCO**

**ANEXO VII – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS**

**ANEXO VIII – CERTIDÃO DE ISENÇÃO DO IPI**

**ANEXO IX – CERTIDÃO DE ISENÇÃO DO ICMS DO HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE**

---

INEXIGIBILIDADE Nº 011/2022 – AQUISIÇÃO DE PLATAFORMA DE COMUNICAÇÃO DE DISPOSITIVO MÓVEL - LICENÇA CLOUD TYTOCARE/ TYTOAPP (TYTOPRO) – TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 039/2021 – “TELEPEDIATRIA PEQUENO PRÍNCIPE”. ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE.



**PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 011/2022**

**TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 039/2021 – “TELEPEDIATRIA PEQUENO PRÍNCIPE”**

**ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**1 – OBJETO**

Trata-se da aquisição de insumos que será custeada com recursos oriundos do TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 039/2021 – “TELEPEDIATRIA PEQUENO PRÍNCIPE”, conforme especificações e quantidades descritas abaixo:


<b>ITEM 01 – LICENÇA CLOUD TYTOCARE/TYTOAPP (TYTOPRO) – PLATAFORMA DE COMUNICAÇÃO DE DISPOSITIVO MÓVEL (TYTOCARE)</b>				
<b>Qtde.</b>	<b>UN</b>	<b>Especificação</b>	<b>Valor Unitário Máximo</b>	<b>Valor Total Máximo</b>
04	Licença	O dispositivo para captação remota de dados de exame físico TytoPro, funciona pareado a dispositivo (smartdevice) e TytoApp, através do qual é realizada a solicitação de consulta e captação de dados de exame físico. O painel de controle TytoCare permite que o médico conduza os atendimentos, realize a gravação de imagens e sons e faça registro das consultas. O dispositivo, bem como o painel e controle/prontuário Tyto atendem a uma série de normas internacionais para segurança e transmissão de dados [Food and Drug Administration (FDA) – approved and Health Insurance Portability and Accountability Act (HIPPA) – compliant], bem como possuem validação da ANVISA e Inmetro, em território nacional.	R\$ 1.000,00 por mês	R\$ 20.000,00
<b>COMPLEMENTAÇÃO DO DESCRITIVO TÉCNICO</b>				
<b>GARANTIA:</b>		Garantia de um ano pelo fornecedor.		
<b>REGISTRO ANVISA:</b>		Equipamento registrado na ANVISA (número do registro 82067719001).		

INEXIGIBILIDADE Nº 011/2022 – AQUISIÇÃO DE PLATAFORMA DE COMUNICAÇÃO DE DISPOSITIVO MÓVEL - LICENÇA CLOUD TYTOCARE/ TYTOAPP (TYTOPRO) – TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 039/2021 – “TELEPEDIATRIA PEQUENO PRÍNCIPE”. ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE.



**PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 011/2022**

**TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 039/2021 – “TELEPEDIATRIA PEQUENO PRÍNCIPE”**

<b>ASSISTÊNCIA TÉCNICA/TREINAMENTO DO USUÁRIO:</b>	Suporte técnico e treinamentos fornecidos pela empresa distribuidora nas cidades de Curitiba ou São Paulo.
<b>MANUAL DE SERVIÇO/OPERAÇÃO:</b>	Manual em português disponível online.
<b>IMAGEM REFERÊNCIA:</b>	

Nos preços cotados, deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto. A verificação das condições do objeto ficará a cargo do colaborador designado pela ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE.

**2 – REQUISITOS LEGAIS:**

2.1. O fornecedor deverá atender a todos os requisitos e normas legais, seja em âmbito Federal, Estadual ou Municipal.

**3 – CONDIÇÕES**

3.1. Os pagamentos dos valores dos objetos deste processo serão efetuados em até **28 (vinte e oito) dias úteis**, condicionado à apresentação e aprovação da respectiva Nota Fiscal, juntamente com a Certidão Negativa dos Tributos Federais e da Dívida Ativa e Certificado de Regularização de Situação para com o FGTS (CRS) para a Contratante.

3.2. O pagamento será realizado diretamente ao fornecedor, **que deverá informar na Nota Fiscal de Serviço, o banco, a agência, o número da conta corrente para crédito dos valores faturados, o número do Termo de Fomento 039/2021. Ausentes os dados descritos anteriormente, é obrigatória a apresentação de boleto bancário para pagamento em conjunto com a Nota Fiscal apresentada.**

INEXIGIBILIDADE Nº 011/2022 – AQUISIÇÃO DE PLATAFORMA DE COMUNICAÇÃO DE DISPOSITIVO MÓVEL - LICENÇA CLOUD TYTOCARE/ TYTOAPP (TYTOPRO) – TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 039/2021 – “TELEPEDIATRIA PEQUENO PRÍNCIPE”. ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE.

## PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 011/2022

### TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 039/2021 – “TELEPEDIATRIA PEQUENO PRÍNCIPE”

3.3. Na nota fiscal de pagamento deverá constar o seguinte endereço: **Avenida Iguaçu, 1472 – Água Verde – CEP nº 80.040-031.**

3.4. O CNPJ/MF do fornecedor constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

#### 4 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

4.1. Constituem motivos para extinção do contrato as hipóteses especificadas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021;

4.2. Fica estabelecido o reconhecimento dos direitos da **ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE** em caso de extinção administrativa prevista no art.138 da Lei nº. 14.133/2021.

4.3. O CONTRATADO será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas no Art. 155 da Lei nº 14.133/2021. Neste sentido, garantida a prévia defesa, a **ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE** poderá aplicar à contratada as sanções previstas no art. 156, da Lei nº. 14.133/2021 e multa correspondente a 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

#### 5 – DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. A **ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE**, reserva-se no direito de revogar, anular ou transferir o presente processo de compra em caso de interesse público.

5.2. A empresa se responsabiliza por quaisquer ônus decorrentes de danos a que vier causar à **ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE** e a terceiros, em decorrência da execução do contrato.

5.3. A CONTRATADA obriga-se a demonstrar, a qualquer tempo, o cumprimento das Leis e Regulamentos específicos, aplicáveis à comercialização do objeto desta Inexigibilidade.

INEXIGIBILIDADE Nº 011/2022 – AQUISIÇÃO DE PLATAFORMA DE COMUNICAÇÃO DE DISPOSITIVO MÓVEL - LICENÇA CLOUD TYTOCARE/ TYTOAPP (TYTOPRO) – TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 039/2021 – “TELEPEDIATRIA PEQUENO PRÍNCIPE”. ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE.



**PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 011/2022**  
**TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 039/2021 – “TELEPEDIATRIA PEQUENO PRÍNCIPE”**

5.4. A CONTRATADA não poderá transferir os direitos e obrigações decorrentes desta Inexigibilidade a terceiros.

Curitiba, 04 de agosto de 2022



**LUANA LEAL**

**Analista de Licitações**



**NÍVIA HANTHORNE NITA**

**Setor de Licitações**

## PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 011/2022

## TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 039/2021 – “TELEPEDIATRIA PEQUENO PRÍNCIPE”

**ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

À ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO

REF: INEXIGIBILIDADE Nº 011/2022

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede à rua \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, CEP nº \_\_\_\_\_, telefone de contato nº (00) \_\_\_\_\_, e-mail para contato \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu \_\_\_\_\_, senhor \_\_\_\_\_, brasileiro, (estado civil), profissão, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, vem apresentar PROPOSTA para participação na INEXIGIBILIDADE Nº 011/2022, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE PLATAFORMA DE COMUNICAÇÃO DE DISPOSITIVO MÓVEL - LICENÇA CLOUD TYTOCARE/TYTOAPP (TYTOPRO)**, conforme especificações contidas no Anexo I.

**IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:**

Endereço e Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail de Contato: \_\_\_\_\_ Conta Corrente nº \_\_\_\_\_ Agência nº \_\_\_\_\_ Banco \_\_\_\_\_

ITEM XX				
Qtde.	Unid	Especificação	Valor Unitário Máximo (R\$)	Valor Total Máximo (R\$)
XX	XXX		R\$	R\$

Valor Total dos insumos: R\$ xxx ( ) – soma dos insumos.

**PREÇO: ( )** - (Deverá ser cotado, preço unitário e total de cada item, de acordo com o ANEXO I. Não serão aceitas propostas de preços cotadas em moeda estrangeira.)

1. O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento do objeto, tais como os serviços de entrega, incidentes sobre o fornecimento, frete, instalação, benefícios e todos os custos, encargos, tributos e demais contribuições pertinentes.

2. Declaro que nenhum direito a indenização ou a reembolso de quaisquer despesas nos será devido, caso nossa proposta não seja aceita pela Associação, seja qual for o motivo.

**3. O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias.**

4. Declaro ciência de que a contratação dar-se-á mediante a assinatura de contrato e emissão de **Ordem de Serviço**.

5. Prazo de entrega/instalação: xxx (xxx) dias, após emissão da Ordem de Serviço.

**6. CONDIÇÕES GERAIS**

A Contratante declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege o presente processo de Inexigibilidade.

Local, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

Representante Legal (Carimbo da Empresa)

INEXIGIBILIDADE Nº 011/2022 – AQUISIÇÃO DE PLATAFORMA DE COMUNICAÇÃO DE DISPOSITIVO MÓVEL - LICENÇA CLOUD TYTOCARE/TYTOAPP (TYTOPRO) – TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 039/2021 – “TELEPEDIATRIA PEQUENO PRÍNCIPE”. ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE.



PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 011/2022

TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 039/2021 – “TELEPEDIATRIA PEQUENO PRÍNCIPE”

**ANEXO III – MODELO DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU  
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

À

**ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO**

**REF: INEXIGIBILIDADE Nº 011/2022**

EMPRESA \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que esta empresa na presente data, cumpre os requisitos legais para a qualificação como:

- ( ) **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06;  
( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

Declara ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123.

Local, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(Carimbo da Empresa)



PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 011/2022

TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 039/2021 – “TELEPEDIATRIA PEQUENO PRÍNCIPE”

**ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 7º, XXXIII DA CONSTITUIÇÃO  
FEDERAL**

À

**ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO**

**REF: INEXIGIBILIDADE Nº 011/2022**

(nome da empresa), CNPJ/MF, sediada, (endereço completo) declaro que não possuímos, em nosso quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº. 9854, de 22.10.99, que altera a Lei nº. 8666/93.

Local, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(Carimbo da Empresa)

**OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:**

**1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.**

**2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.**

INEXIGIBILIDADE Nº 011/2022 – AQUISIÇÃO DE PLATAFORMA DE COMUNICAÇÃO DE DISPOSITIVO MÓVEL - LICENÇA CLOUD TYTOCARE/ TYTOAPP (TYTOPRO) – TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 039/2021 – “TELEPEDIATRIA PEQUENO PRÍNCIPE”. ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE.





**PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 011/2022**  
**TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 039/2021 – “TELEPEDIATRIA PEQUENO PRÍNCIPE”**

**ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS CRITÉRIOS DE**  
**QUALIDADE AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE SOCIO-AMBIENTAL**

**À**  
**ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO**  
**REF: INEXIGIBILIDADE Nº 011/2022**

Para fins de participação na Inexigibilidade nº 011/2022, (a) (nome completo do concorrente), CNPJ, sediada(o) (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, notadamente o Decreto Estadual nº. 6.252, de 22 de março de 2006, que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente.

Local, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(Carimbo da Empresa)

**PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 011/2022**  
**TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 039/2021 – “TELEPEDIATRIA PEQUENO PRÍNCIPE”**

**ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE PARENTESCO**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

**DECLARAÇÃO**

**Referente: INEXIGIBILIDADE Nº 011/2022**

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade no \_\_\_\_\_ e do CPF no \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei, para fins da **INEXIGIBILIDADE Nº 011/2022**, a inexistência no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da **ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE**, nos cargos de direção, gerência, chefia .

Local, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(Carimbo da Empresa)

**PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 011/2022**

**TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 039/2021 – “TELEPEDIATRIA PEQUENO PRÍNCIPE”**

**ANEXO VII – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS**

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, bem como suas alterações, devidamente registrado.
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).
- c) Certidão Negativa de Débitos Federais e da Dívida Ativa da União.
- d) Certidão Negativa de Débitos Estaduais expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual.
- e) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- f) Certificado de Regularidade de Situação para com o FGTS.
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei Federal nº 12.440/2011.
- h) Certidão Negativa de Falência e recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, com data de emissão de no máximo 60 (sessenta) dias
- i) Carta de Exclusividade.
- j) Declaração de cumprimento do art.7º, XXXIII da CF.
- k) Declaração de cumprimento dos critérios de qualidade Ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental.
- l) Declaração de ausência de relação de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro – Hospital Pequeno Príncipe, nos cargos de direção, gerência, chefia.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 011/2022

TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 039/2021 – “TELEPEDIATRIA PEQUENO PRÍNCIPE”

**ANEXO VIII – CERTIDÃO DE ISENÇÃO DO IPI**



**JUSTIÇA FEDERAL**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ



## CERTIDÃO

**CERTIFICO**, a requerimento da parte interessada, que nesta Secretaria da Sétima Vara Federal, Circunscrição Judiciária de Curitiba, Seção Judiciária do Estado do Paraná, revendo os autos de **AÇÃO ORDINÁRIA nº 2001.70.00.009675-7**, autuados em 05.04.2001 em que figura como autor **Associação Hospitalar de Proteção a Infância Doutor Raul Carneiro — Hospital Pequeno Príncipe** e como ré a **União Federal** tendo por objeto o pedido de antecipação da tutela e posterior confirmação em sentença no sentido de que seja declarada a inexistência de relação jurídico-tributária que a obrigue ao pagamento do Imposto sobre Importação — II e Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, incidentes sobre as aquisições de bens por ela efetuadas no mercado interno ou externo, destinados à composição de seu ativo fixo ou imobilizado. Certifico, que foi proferida r. sentença julgando procedente o pedido, oportunidade em que a antecipação da tutela foi analisada e deferida. Inconformada, a União apelou sendo que a Segunda Turma do TRF da 4ª Região, por unanimidade, negou provimento à apelação e à remessa oficial. Certifico ainda que o v. acórdão transitou em julgado em 02.04.2002. Certifico, finalmente, que os autos encontram-se em Secretaria aguardando conclusão para despacho. **O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.** Dada e passada nesta cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, ao terceiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dois. Eu, Anderson Alves de Lana, Supervisor de Processamento, a digitei, e eu, Leandro José da Silva, Diretor de Secretaria, a conferi e subscrevi.



## PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 011/2022

### TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 039/2021 – “TELEPEDIATRIA PEQUENO PRÍNCIPE”

#### ANEXO IX– CERTIDÃO DE ISENÇÃO DO ICMS DO HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ  
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO  
CENTRAL DE CURITIBA  
1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE CURITIBA - PROJUDI  
Rua Padre Anchieta, 1287 - 2ª andar - Champagnat - Curitiba/PR - CEP: 80.730-000 -  
Fone: (41) 3561-7956

Processo: 0001215-47.2001.8.16.0004

Classe Processual: Execução Contra a Fazenda Pública

Assunto Principal: Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução

Valor da Causa: R\$5.000,00

Exequente(s): ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO

Executado(s): ESTADO DO PARANÁ

FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

CERTIDÃO EXPLICATIVA

CERTIFICO, para os devidos fins que tramitam nesta secretária, no sistema de processo eletrônico (PROJUDI) o PROCEDIMENTO ORDINÁRIO com PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA (atualmente em fase de Execução contra a Fazenda) sob nº 0001215-47.2001.8.16.0004 (nº de distribuição 635 de 06/04/2001) e número físico antigo 308/2001, ajuizada por ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO em face de ESTADO DO PARANÁ, cujo valor dado à causa em petição inicial foi de R\$5.000,00 (cinco mil reais).

CERTIFICO AINDA que:

I – Conforme pedido constante da inicial (fls. 20 dos autos físicos – mov. 1.4 dos autos virtuais) buscou a parte autora com a presente medida a declaração judicial de inexistência de relação jurídico-tributária que respalde a cobrança de ICMS incidente nas aquisições de bens efetuadas pela Autora, seja no mercado interno ou externo, destinados a composição de seu ativo fixo (patrimônio).

II – Em sede de antecipação de tutela o pedido não foi deferido, no entanto foi proferida sentença de procedência, cuja a parte dispositiva segue transcrita (04/04/2002 fls. 166/171 dos autos físicos, mov. 1.7 dos autos virtuais):

“...Isto posto, julgo procedente o pedido, declarando a inexistência de relação jurídico-tributária que respalde a cobrança de ICMS incidente nas aquisições de bens efetuados pela autora, no mercado interno e externo, dedicados à composição de seu ativo fixo (patrimônio). Condeno o Estado requerido ao pagamento de das custas e despesas processuais, e honorários advocatícios os quais arbitro em R\$800,00...”

VI – Em sede de Apelação Cível e Reexame Necessário nº 0130324-6 (10/12/2002 fls. 358/367 dos autos físicos, mov. 1.7 dos autos virtuais), houve modificação parcial da sentença, apenas no tocante ao valor dos honorários advocatícios, conforme ementa a seguir:

“ICMS IMUNIDADE TRIBUTÁRIA ASSISTÊNCIA SOCIAL. ENTIDADE DE Na forma do art.

150, inc. VI, alínea c, da CF/88, está imune ao ICMS a entidade de assistência social. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONDENATÓRIA. SENTENÇA NÃO CONDENATÓRIA. Não se tratando de sentença condenatória, a fixação dos honorários advocatícios deve obedecer ao § 4º do art. 20 do PC. Neste caso, é imperioso seja observada a natureza da demanda, considerando-se sobretudo o aspecto e tratar-se de matéria complexa ou, de outro lado, de tema que tenha sido objeto de copioso volume e julgados, bem como o fato de a demanda não ter necessitado de produção de provas periciais ou da realização da audiência de instrução, o que determinará a fixação da verba advocatícia em patamar em excessivo, nem diminuto, muito menos aviltante. De conseguinte, é provido o apelo da Autora para o fim de ser estatuída na quantia de (fls. 367 dos autos físicos, R\$.2.000,00 (dois mil reais) os honorários advocatícios.” mov. 1.7 dos autos virtuais).”

VII – Ao Recurso Extraordinário interposto pelo Estado do Paraná, foi negado seguimento 130.324-6/01 (1º/12/2003 fls. 404 dos autos físicos, mov. 1.7 dos autos virtuais). Contra esse decisão foi interposto Agravo de Instrumento ao Supremo Tribunal Federal (certidões de fls. 408/411 dos autos físicos, mov. 1.7 dos autos virtuais). Não consta dos autos virtuais a decisão do Agravo de Instrumento, no entanto em consulta ao site do STF identifiquei o recurso autuado sob o nº AI 504650, ao qual foi negado seguimento, cuja certidão transitou em julgado em 2004, conforme tela de consulta anexa;

VIII – O feito atualmente está em fase final de cumprimento de sentença (Execução contra a Fazenda Pública), tendo sido pagos os valores devidos pelo Estado do Paraná e inclusive levantados os valores pela parte exequente (mov. 1.92/1.93). Quanto aos valores devidos aos Procuradores do Estado do Paraná a título de honorários (decorrentes da sentença dos embargos à execução – mov. 1.24), estes também já foram levantados, conforme petição e documentos de mov. Seq. 31.

IX – Em complemento à certidão de mov. Seq. 37.1, informo que nesta data o ESTADO DO PARANÁ foi intimado para manifestar-se ante o cálculo de custas remanescentes.

ERA SOMENTE O QUE ME FOI PEDIDO PARA CERTIFICAR. DOU FÉ.

Curitiba, 27 de novembro de 2015.

Léa Cristina de Carvalho Sutil

Técnica Judiciária

*INFORMAÇÃO: A presente certidão explicativa está assinada digitalmente. Para constar a chancela do Poder Judiciário nesta certidão, deve a parte interessada imprimi-la através dos seguintes passos: botão "navegar", opção "exportar processo", botão "desmarcar todos", selecionar o arquivo interessado e, por fim, clicar no botão "exportar". Para exportar o processo, deverá a parte interessada acessar o Sistema ProJudí nos horários a seguir informados: Entre 06:00 às 11:00 e 20:00 às 23:00.*